(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

#### "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

LEI Nº 6.260, DE 08 DE JULHO DE 2025.

"Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI, institui seu Conselho Gestor, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, Faz Saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

- **Art. 1º -** Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura FMSAI, destinado a apoiar e suportar ações de saneamento básico e ambiental e de infraestrutura no Município.
- **Art. 2º -** Fica instituído no âmbito do Poder Executivo do Município da Estância Turística de Tremembé, o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura CGFMSAI, regido pelas disposições desta lei.
- **Art. 3º** O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura— CGFMSAI, tem por finalidade realizar a gestão administrativa do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura— FMSAI, com competência para definição das diretrizes, mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle.
- **Art. 4º** O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura— CGFMSAI, será composto pelos seguintes membros:
  - I Secretário(a) de Agricultura e Meio Ambiente ou adjunto;
  - II Secretário(a) de Planejamento Urbano ou adjunto;
  - III Secretário(a) de Obras Públicas e Serviços Urbanos ou adjunto;
  - IV Secretário(a) de Finanças ou adjunto;
  - V 1 (um) representante da sociedade civil, ligado, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico.
- § 1º. A presidência caberá à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e a Vice-Presidência à Secretaria de Planejamento Urbano
- § 2º. O representante da sociedade civil deverá ser indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal com mandato de 02 (dois) anos, admitida a recondução.
- § 3º. A participação no Conselho Gestor não será remunerada, sendo, porém, considerada de relevante interesse público.
- § 4º. As decisões do Conselho Gestor serão tomadas com aprovação da maioria simples dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for o caso.



f the

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

#### "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- § 5°. O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente a cada 06 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente.
- § 6º. O funcionamento das reuniões do Conselho será disciplinado pelo Regimento Interno, a ser aprovado por seus membros.
- **Art. 5º** Compete ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura— CGFMSAI:
  - I aprovar seu Regimento Interno, que disciplinará as reuniões do colegiado;
- II estabelecer normas, procedimentos e mecanismos de acompanhamento, gestão, fiscalização e controle do FMSAI;
- III decidir sobre a aplicação dos recursos do FMSAI, com observância das diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento e no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP;
- IV dirimir eventuais dúvidas quanto à aplicação das diretrizes e normas relativas ao FMSAI nas matérias de sua competência;
- V dar total transparência a suas manifestações e deliberações, bem como sobre a origem e o destino dos recursos do FMSAI, em especial quanto aos contratos que vierem a ser celebrados e aos procedimentos licitatórios realizados, às pessoas físicas ou jurídicas beneficiárias dos pagamentos, e às obras e/ou serviços contratados;
- VI liberar ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do FMSAI;
- **PARÁGRAFO ÚNICO** Deverão ser publicados na imprensa oficial do Município e no sítio oficial, todas as ATAS do Conselho Gestor e demais informações relevantes do FMSAI.
- **Art. 6º** Caberá à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente executar as atividades operacionais, de assessoria e coordenação do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, bem como:
  - I executar as funções de apoio técnico e administrativo;
  - II manter registro, publicar e disponibilizar todas as informações pertinentes ao FMSAI;
- **Art. 7º** Sem prejuízo das ações de saneamento básico e ambiental de responsabilidade da SABESP, os recursos do FMSAI deverão ser aplicados no custeio de obras e serviços relativos a:
- I intervenções em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
  - II limpeza, despoluição e canalização de córregos;



Je Whil

(Lei Estadual nº. 8.506 de 27 de dezembro de 1993)

# "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

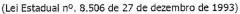
(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

- III abertura ou melhoria do viário principal e secundário, vielas, escadarias e congêneres, em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- IV provisão habitacional para atendimento de famílias em áreas de influência ou ocupadas predominantemente por população de baixa renda, visando à regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários e de parcelamentos do solo irregulares;
- V implantação de parques e de outras unidades de conservação necessárias à proteção das condições naturais e de produção de água no Município, de reservatórios para o amortecimento de picos de cheias, de áreas de esporte, de obras de paisagismo e de áreas de lazer;
  - VI drenagem, contenção de encostas e eliminação de riscos de deslizamentos;
  - VII desapropriação de áreas para implantação das ações de responsabilidade do FMSAI.
- **PARÁGRAFO ÚNICO** Os recursos do FMSAI são vinculados exclusivamente ao atendimento das finalidades estabelecidas nos incisos deste artigo e aos compromissos previstos no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP.
- **Art. 8º** O Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura é constituído de recursos provenientes de:
- I repasses previstos no contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário firmado com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP;
  - II dotações orçamentárias correlatas;
  - III créditos adicionais correlatos;
  - IV rendimentos obtidos com a aplicação de seus próprios recursos;
  - V outras receitas eventuais.
- § 1º. O FMSAI será inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ da Receita Federal do Brasil, sob a natureza jurídica de fundo público da administração municipal;
- § 2º. Os recursos do FMSAI serão depositados em conta corrente específica, sob a denominação "Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura", a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, vinculados exclusivamente ao atendimento das finalidades estabelecidas nesta lei;
- § 3º. O FMSAI deverá manter registro de todos os atos administrativos a ele pertinentes, promovendo total transparência e liberando ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Fundo, bem como das ações financiadas pelo mesmo.



of eller



### "PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"

(Lei Municipal nº. 3.452 de 16 de outubro de 2009) CNPJ 46.638.714/0001-20

Rua 7 de Setembro, nº. 701 – Centro – Tremembé/SP – CEP 12120-000 www.tremembe.sp.gov.br | Tel. (12) 3607-1000 | tremembe@tremembe.sp.gov.br

§4º. O saldo financeiro do Fundo será transferido para o exercício seguinte.

- **Art. 9º** A frequência da efetivação do repasse ao fundo será acordada entre o município e o prestador, sendo que o valor devido deverá, obrigatoriamente, ser transferido a cada ano fiscal.
- **Art. 10** O Conselho Gestor, através da Secretaria de Finanças, encaminhará anualmente à ARSESP os seguintes documentos, referentes ao último exercício:
- I até o dia 31 de março, relatório das atividades financiadas com os recursos do fundo municipal, vinculadas aos repasses realizados pelo prestador;
- II até o dia 31 de março, aprovação do balancete aprovado pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura CGFMSAI, referente ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Infraestrutura FMSAI, bem como a relação atualizada dos responsáveis que compõem o órgão com nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato;
- **Art. 11** Esta lei vigorará a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 08 de julho de 2025.

CLEMENTE ANTONYO DE LIMA NETO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de julho de 2025.

ELIANA MARIA NEVES DE LIMA Coordenadora dos Serviços de Secretaria

